Análise Crítica do CPC 32 sobre a (Des)necessidade do Reconhecimento Contábil de Passivos e Ativos Fiscais Diferidos em Contratos de Arrendamento

Critical Analysis of CPC 32 Regarding the (Un)necessity of Accounting Recognition of Deferred Tax Liabilities and Assets in Lease Agreements

Daniel Piga Vagetti

Advogado e contador atuante no consultivo tributário. Especialista em Direito Tributário pelo IBET e mestre em Direito Tributário pela FGV-SP.

Recebido em: 26-4-2025 – Aprovado em: 28-8-2025
<https://doi.org/10.46801/2595-6280.60.4.2025.2743>

Resumo

Considerando as alterações promovidas pelo processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional, iniciada em 2007 com a publicação da Lei n. 11.638/2007 (posteriormente alterada pela Lei n. 11.941/2009), diversos impactos foram sentidos quando do reconhecimento, da mensuração e da evidenciação dos atos e negócios jurídicos, e os fatos jurídicos em geral pela contabilidade. Nesse contexto, a partir de uma breve análise do instituto do arrendamento, contabilmente regulado pelo CPC 06, o presente artigo teve por objetivo avaliar as previsões do CPC 32 (tributos sobre o lucro) que tratam sobre a necessidade de constituir passivos ou ativos diferidos nos casos de diferenças temporárias oriundas de contratos de arrendamento. Isso porque, sob a perspectiva do arrendatário (objeto do presente artigo), a legislação tributária que trata sobre a matéria, notadamente o inciso VIII do art. 13 da Lei n. 9.249/1995 e o art. 48 da Lei n. 12.973/2014, estabelecem que referidos valores são indedutíveis, o que, por consequência, faz com que tais diferenças (entre a norma contábil e a legislação tributária) jamais sejam equalizadas e, portanto, dedutíveis no futuro – o que, potencialmente, afastaria a necessidade de constituição dos passivos ou ativos diferidos nos termos do CPC 32.

Palavras-chave: CPC 32, passivos e ativos fiscais diferidos, contratos de arrendamento.

Abstract

Considering the changes brought about by the process of convergence of Brazilian accounting standards to international standards, initiated in 2007 with the publication of Law No. 11,638/07 (subsequently amended by Law No. 11,941/09), several impacts were felt in the recognition, measurement, and

disclosure of legal acts, business transactions, and legal facts in general by accounting practices. In this context, based on a brief analysis of the lease institute, which is regulated under accounting standards by CPC 06, this article aims to evaluate the provisions of CPC 32 (Income Taxes) regarding the need to recognize deferred tax assets or liabilities arising from temporary differences related to lease contracts. This is because, from the lessee's perspective (the focus of this article), the tax legislation governing the matter – particularly item VIII of article 13 of Law No. 9,249/95 and article 48 of Law No. 12,973/14 – establishes that such amounts are non-deductible. Consequently, these differences (between accounting standards and tax legislation) would never be equalized and, therefore, would not become deductible in the future, which potentially eliminates the need to recognize deferred tax assets or liabilities under CPC 32.

Keywords: CPC 32, deferred tax liabilities and assets, lease agreements.

1. Introdução

Com a publicação da Lei n. 11.638/2007¹, alterada pela Lei n. 11.941/2009², o Brasil iniciou o processo de convergência das normas contábeis para o padrão internacional.

Na exposição de motivos da Lei n. 11.638/2007 consta que os objetivos das mudanças dos critérios contábeis aplicáveis no Brasil em relação à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras eram o de “modernizar e harmonizar as disposições da lei societária em vigor com os princípios fundamentais e melhores práticas contábeis internacionais”.

Nesse contexto, a Lei n. 11.941/2009 alterou a legislação tributária federal e criou o chamado Regime Tributário de Transição (RTT). Referido regime estabelecia que as alterações na legislação que, eventualmente, modificassem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas, não iriam impactar a determinação do lucro real, devendo ser considerado, para fins tributários, os critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007. Por efeito, o RTT seria aplicado até que entrasse em vigor uma lei que disciplinasse os efeitos tributários das inovações trazidas.

Posteriormente, a Lei n. 12.973/2014³ (fruto da conversão da Medida Provisória n. 627/2013⁴) revogou o RTT e disciplinou os efeitos tributários decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis. Isso significa que a partir da adoção do

¹ BRASIL. *Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

² BRASIL. *Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005*. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

³ BRASIL. *Lei n. 12.973, de 13 de maio de 2014*. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112973.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

⁴ BRASIL. *Medida Provisória n. 627, de 11 de novembro de 2013*. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Mpv/mpv627.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

Brasil ao padrão internacional, a contabilidade passou: (i) a ser orientada a realizar uma análise principiológica a respeito dos fenômenos (prevalência da orientação por princípios em substituição aos dispositivos legais ou regulamentares); e (ii) ter prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica – ou seja, a forma jurídica não é determinante para o reconhecimento, a mensuração ou a evidenciação dos fenômenos⁵.

Além disso, do ponto de vista tributário, referido dispositivo legal mantém o regime de dependência parcial da contabilidade para apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSL. Inclusive, permanece vigente o art. 6º do Decreto-lei n. 1.598/1977⁶, pelo qual o lucro real é calculado a partir do lucro líquido do exercício, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária⁷.

Cabe destacar mais uma vez que entre as principais alterações promovidas pela adoção da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, está o abandono do registro meramente formular, que foi substituído pelo registro contábil com base no julgamento de cada caso concreto⁸. Contudo, conforme muito bem pontuado pelo Professor Ricardo Mariz de Oliveira⁹, referido julgamento deve manter um papel neutro sobre a realidade, a qual é (deve ser) refletida nos registros contábeis tal como ela é – e tal como ela é regida pelo direito, e não modificada através de pequenos ou grandes ajustes a depender das circunstâncias.

2. Breves considerações sobre arrendamento (CPC 06)

De acordo com o resgate histórico realizado pela Professora Elidie Palma Bifano¹⁰, os negócios envolvendo arrendamento mercantil no Brasil se iniciaram

⁵ SCHOUERI, Luís Eduardo; MOSQUERA, Roberto Quiroga. *Manual de tributação direta da renda*. São Paulo: IBDT, 2020, p. 41.

⁶ BRASIL. *Decreto-lei n. 1.598, de 26 de dezembro de 1977*. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1598.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

⁷ Conforme apontado pelo Professor Ricardo Mariz de Oliveira: “Na regra geral, há que se distinguir ‘lucro líquido’ e ‘lucro real’, porque aquele é o resultado apurado na escrituração mercantil das pessoas jurídicas, sendo este último o resultado do lucro líquido (contábil) após as adições e exclusões que a lei tributária determina ou autoriza para a quantificação da base de cálculo do IRPJ [...]. Em outras palavras, a base de cálculo do IRPJ, quando não for arbitrada ou presumida, parte do lucro líquido contábil e resulta de ajustes para mais e para menos que a lei tributária prescreve, sendo o saldo final dessa operação matemática denominada ‘lucro real’.” (OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. *Fundamentos do Imposto de Renda (2020)*. São Paulo: IBDT, 2020. v. I e II, p. 811)

⁸ FERNANDES, Edison Carlos. *Direito e contabilidade: fundamentos do direito contábil*. São Paulo: Trevisan, 2015, p. 90.

⁹ OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. *Fundamentos do Imposto de Renda (2020)*. São Paulo: IBDT, 2020. v. I e II, p. 1.299.

¹⁰ BIFANO, Elidie Palma. Arrendamento: normas internacionais de contabilidade (IFRS) e seus aspectos jurídico-tributários à luz do CPC 06 (R2). In: CHARNESKI, Heron; FAJERSZTAJN,

na década de 1960, e as discussões que nasciam se relacionavam à qualificação do negócio ora como locação, ora como compra e venda a prazo e, também, como financiamento.

Sob a perspectiva contábil, até 31 de dezembro de 2007, para todos os fins, a prática aplicável aos contratos de arrendamento mercantil (financeiro ou operacional) era aderente à essência jurídica, ou seja, consistia apenas em reconhecer as contraprestações como custo ou despesa no momento do seu vencimento – no caso da arrendatária (aquele que aluga e tem o direito de usar o bem), e a respectiva receita pelo arrendador (proprietário do bem). Em atenção a essa prática, o ativo permanecia no balanço do arrendador e o arrendatário não reconhecia qualquer ativo ou passivo relacionado ao contrato (prática semelhante acontecia nos casos de locação)¹¹.

Contudo, após a edição da Lei n. 11.638/2007, que deu início ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras para o padrão internacional, o inciso IV do art. 179 da Lei n. 6.404/1976¹² foi alterado, e sua redação atual elenca que os direitos decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controles de bens corpóreos destinados à manutenção das suas atividades ou exercidos com tal finalidade, devem ser reconhecidos no ativo imobilizado, independentemente da efetiva transferência da propriedade.

Além disso, foi editado o CPC 06 – Arrendamento¹³, que trata de operações de arrendamento mercantil, e *leasing*, como disposto na Lei n. 6.099/1974, em suas modalidades operacional e financeiro, sendo que após diversas alterações na normativa contábil, o CPC 06 (R2), em sua versão atual, acabou por se desvincular da Lei n. 6.099/1974, passando a abordar o tratamento contábil das operações de arrendamento (e não mais de arrendamento mercantil).

O objetivo do referido CPC (item 1) é o de garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações.

Nesse contexto, em linha com o comentando na introdução do presente artigo (no sentido de que a avaliação contábil para o registro deve levar em conta a prevalência da essência ou substância econômica sobre a forma), a recomendação do CPC 06 (R2) (item 9) é que, no momento da celebração do contrato, a entidade

Bruno; PINTO, Alexandre Evaristo; SILVA, Fabio Pereira da (coord.). *Normas internacionais de contabilidade e tributação*. São Paulo: IBDT/Fipecafi, 2023, p. 136-142.

¹¹ SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos. *Contabilidade tributária: um enfoque nos IFRS e na legislação do IRPJ*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 299.

¹² BRASIL. *Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

¹³ COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)*. Arrendamento. Conteúdo disponível em: https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_R2_rev%2023.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento, assim entendida a determinação de que o arrendatário tem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um período, em troca da contraprestação.

Isso significa que a norma contábil, guardadas as devidas proporções, equiparou o arrendatário ao proprietário, tendo em vista que o mesmo exerce alguns dos poderes inerentes à propriedade.

No que se refere ao tratamento tributário, na década de 1970 foi promulgada a Lei n. 6.099/1974¹⁴, que passou a regular as operações de arrendamento mercantil. Em linhas gerais, a legislação determina: (i) arrendatário: no tocante ao IRPJ e à CSL (objeto de análise do presente artigo), as contraprestações pagas/incorridas, por força do contrato de arrendamento, são custos ou despesas operacionais, sendo vedada a dedução de gastos não relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços (art. 11 da Lei n. 6.099/1974); e (ii) arrendadora: permanece com o ativo subjacente, sendo permitido que a respectiva depreciação seja considerada como custo, e, por consequência, dedutível para fins tributários (art. 12 da Lei n. 6.099/1974). Assim, como o conteúdo tributário da Lei n. 6.099/1974 se assemelhava à prática contábil, não se verificava a necessidade da realização de ajustes.

Após as alterações contábeis comentadas anteriormente, promovidas pela convergência aos padrões internacionais, é possível concluir que a Lei n. 12.973/2014 preservou o conteúdo tributário da Lei n. 6.099/1974, sendo mantida a dedutibilidade das contraprestações, pagas ou creditadas, dos contratos de arrendamento, inclusive no que se refere aos encargos financeiros que compõem o seu valor (art. 47 da Lei n. 12.973/2014). Além disso, nos termos do inciso VIII do art. 13 da Lei n. 9.249/1995 (incluído pela Lei n. 12.973/2014), para a entidade arrendatária, é vedada a dedução das despesas com depreciação, amortização e exaustão geradas por bens objeto de arrendamento, sendo essa “diferença” o gatilho de análise (e crítica) do presente artigo, que será abordado com mais detalhe no tópico seguinte.

Assim, ante o exposto, nos filiamos às conclusões da Professora Elidie Palma Bifano¹⁵ no sentido de que o CPC 06 (R2), em observância aos objetivos pretendidos quando das alterações nos padrões contábeis brasileiros, concretizou a prevalência da essência econômica (utilizada para o enquadramento contábil) sobre a forma/causa jurídica (utilizada para fins tributários).

¹⁴ BRASIL. *Lei n. 6.099, de 12 de setembro de 1974*. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6099.htm. Acesso em: 25 abr. 2025.

¹⁵ BIFANO, Elidie Palma. Arrendamento: normas internacionais de contabilidade (IFRS) e seus aspectos jurídico-tributários à luz do CPC 06 (R2). In: CHARNESKI, Heron; FAJERSZTAJN, Bruno; PINTO, Alexandre Evaristo; SILVA, Fabio Pereira da (coord.). *Normas internacionais de contabilidade e tributação*. São Paulo: IBDT/Fipecafi, 2023, p. 148-149.

3. CPC 32 e a (des)necessidade do reconhecimento de passivos e ativos fiscais diferidos

De acordo com o item 5 do CPC 32 – Tributos sobre o lucro, temos: (i) passivo fiscal diferido: valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis; e (ii) ativo fiscal diferido: valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a: (ii.i) diferenças temporárias dedutíveis; (ii.ii) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e (ii.iii) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

Além disso, o referido item 5 também conceitua diferença temporária, que se refere a *diferença entre o valor contábil de ativo ou passivo no balanço e sua base fiscal*. As diferenças temporárias podem ser tanto: (i) diferença temporária tributável: a qual é a diferença temporária que resulta em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de ativo ou passivo é recuperado ou liquidado; ou (ii) diferença temporária dedutível: a qual é a diferença temporária que resulta em valores que são dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de futuros períodos quando o valor contábil do ativo ou passivo é recuperado ou liquidado.

A regra contábil também exige que um passivo fiscal diferido (item 15) seja reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, da mesma forma que um ativo fiscal diferido (item 24) deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

Nesse contexto, considerando as diferenças entre as previsões do CPC 06 (R2) comentadas acima (em que a despesa contábil se refere ao valor da depreciação e dos juros), em relação ao disposto na Lei n. 6.099/1974, na Lei n. 9.249/1995 e na Lei n. 12.973/2014 (cuja dedução na determinação do lucro real se refere ao valor da contraprestação), combinado com o conteúdo do CPC 32, em uma primeira leitura, seria necessário constituir passivos/ativos diferidos. Para tanto, elencamos na sequência um exemplo fictício. Vejamos:

Dados do contrato:

Contrato de arrendamento:	prazo de 05 (cinco) anos
Pagamento anual:	20.000,00 (vinte mil)
Taxa de desconto:	8% (oito por cento)
Método de depreciação:	linear

Reconhecimento Inicial:

Valor presente ¹⁶ dos pagamentos:	79.854,00
--	-----------

¹⁶ O valor presente é um conceito que busca determinar o valor atual de um fluxo de caixa futuro, utilizando uma taxa de desconto. A fórmula básica para calcular o valor presente é: $VP = FV / (1$

Passivo de arrendamento inicial: 79.854,00
 Ativo de direito de uso inicial: 79.854,00

Depreciação do ativo de direito de uso:

Prazo de arrendamento: 05 (cinco) anos
 Depreciação anual: método linear
 Valor anual: 15.971,00 (79.854,00 / 5)

Cronograma do passivo de arrendamento (exemplo para o 1º ano):

Saldo inicial: 79.854,00
 Juros no primeiro ano: 6.388,00 (79.854,00 * 0,08)
 Pagamento: 20.000,00
 Amortização principal: 20.000,00 (-) 6.388,00 = 13.612,00
 Novo saldo do passivo: 66.242,00 (79.854,00 (-) 13.612,00)

Lançamentos contábeis (1º ano):

Reconhecimento inicial (data de início do arrendamento):
 D – Ativo Direito Uso (A): 79.854,00
 C – Passivo Arrendamento (P): 79.854,00

Depreciação do ativo (final do 1º ano):

D – Despesa Depreciação (R): 15.971,00
 C – Depreciação Acumulada (A): 15.971,00

Juros sobre o passivo (final do 1º ano):

D – Despesa Juros (R): 6.388,00
 C – Passivo Arrendamento (P): 6.388,00

Pagamento do arrendamento (final do 1º ano):

D – Passivo de Arrendamento (P): 13.612,00
 D – Despesa de Juros (R): 6.388,00
 C – Caixa/Bancos (A): 20.000,00

Impacto no resultado do 1º ano:

Despesa total (depreciação + juros): 22.359,00

Com base nas informações acima, temos o seguinte cenário: (i) pagamento de 20.000,00 (vinte mil) correspondente à contraprestação do contrato de arren-

+ r)^n, onde: “VP” é o valor presente; “FV” é o valor futuro; “r” é a taxa de desconto; e “n” é o número de períodos.

damento, que não impactou o resultado, contudo é a parcela que a legislação tributária permite ser dedutível na determinação do lucro real (art. 11 da Lei n. 6.099/1974 e art. 47 da Lei n. 12.973/2014); e (ii) impacto no resultado na ordem de 22.359,00 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e nove), correspondente aos encargos de depreciação e juros, que de acordo com a legislação tributária não são dedutíveis na determinação do lucro real (inciso VIII do art. 13 da Lei n. 9.249/1995 e art. 48 da Lei n. 12.973/2014). Essa diferença demandaria o seguinte ajuste na determinação do lucro real:

(+) Adição (<i>Juros (+) Depreciação</i>)	22.359
(-) Exclusão (<i>Pagamento</i>)	(20.000)
(=) Ajuste líquido base tributável	2.359

Por efeito, nos termos do item 22A do CPC 32, a diferença de 2.359 (dois mil, trezentos e cinquenta e nove) do exemplo acima seria base para o cálculo do diferido¹⁷. No primeiro ano do contrato fictício, a base tributária está inicialmente maior do que a base contábil (aumento da tributação presente e redução da tributação futura), surgindo, portanto, um ativo fiscal diferido (item 5 do CPC 32), cujo cálculo e modelo de contabilização elencamos na sequência:

Cálculo do IRPJ e da CSL Diferido (34% combinados – 25% IRPJ e 9% CSL):

Ativo fiscal diferido: 802,06 ($2.359 * 34\%$)

Lançamento contábil (reconhecimento do ativo fiscal diferido):

D – Ativo fiscal diferido (A): 802,06

C – Receita Tributação Diferida (R): 802,06

A despeito do conteúdo do CPC 32 e da recomendação de contabilização acima, tratar essa diferença dos arrendamentos como uma questão temporária, e, por consequência, ensejadora da constituição de diferido não parece encontrar guarida na própria regra contábil.

Conforme citado no início desse capítulo, o próprio CPC 32 define passivo e ativo fiscal nos seguintes termos: (i) passivo fiscal diferido: valor do tributo sobre o *lucro devido em período futuro* relacionado às diferenças temporárias tributáveis; e (ii) ativo fiscal diferido: valor do tributo sobre o *lucro recuperável em período futuro*.

Ora, os encargos de depreciação e juros oriundos do contrato de arrendamento jamais serão dedutíveis. Ou seja, não haverá tributo recuperável no futuro por conta da vedação de sua utilização na apuração do período corrente que dê

¹⁷ A diferença temporária de 2.359,00 aumenta o lucro tributável no primeiro ano. Contudo, nos períodos seguintes, conforme a evolução contratual, ocorre uma reversão desse cenário.

suporte a constituição de um ativo diferido. Da mesma forma, a dedutibilidade da contraprestação do arrendamento não dá origem a um recolhimento inferior de tributo que dê ensejo à constituição onde um passivo diferido. O próprio manual de contabilidade societária¹⁸ deixa isso claro:

“Se na contabilidade já foram considerados certos custos ou despesas no mês, mas a dedutibilidade para fins do Imposto de Renda só ocorrerá em períodos posteriores, quando efetivamente pagos ou comprovados, a situação será inversa da anterior; há Imposto de Renda pago ou a pagar, mas deve ser apropriado como despesas em períodos posteriores. Isto é, no período em que a despesa está contabilizada, apesar de ainda não dedutível, já se reconhece a redução correspondente na contabilização de despesa do Imposto de Renda, tendo como contrapartida uma conta de ativo denominada Imposto de Renda Diferido no Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo, dependendo do prazo para realização do fato gerador. Assim, o passivo fica por seu valor correto, que é o imposto efetivo a pagar, e a despesa de Imposto de Renda fica por valor menor dentro do regime de competência. Nos exercícios seguintes, quando a despesa tornar-se dedutível, essa conta de ativo será baixada a débito de despesa de Imposto de Renda.”

A lógica contábil que ampara a constituição do diferido se baseia no regime de competência. Isso significa que é necessário contrapor às receitas realizadas e registradas todos os custos e despesas a ela correspondente, sob pena de, ao não constituir o diferido, alocar despesa, neste caso tributo, em períodos diferentes dos lucros contabilizados a que se referem.

Contudo, o contrário também deve ser observado (e é isso que, em nossa leitura, o CPC 32 não faz). Constituir diferido em situações que jamais serão dedutíveis no futuro distorce o resultado do corrente e os próprios fatos jurídicos que dão suporte aos lançamentos em questão.

É importante frisar que o presente artigo não busca discutir a autonomia de cada uma das ciências aqui discutidas (contábil e jurídica), porém, quando a contabilidade deixa de ser neutra sobre a realidade, realidade que é regida pelo direito conforme apontado pelo Professor Ricardo Mariz de Oliveira e destacado na parte introdutória do presente artigo, isso acaba por esvaziar os fundamentos que motivaram a convergência aos padrões internacionais (comparabilidade, confiabilidade, entre outros).

4. Considerações finais

Como a legislação tributária (inciso VIII do art. 13 da Lei n. 9.249/1995 e art. 48 da Lei n. 12.973/2014) veda a dedutibilidade dos encargos de depreciação

¹⁸ GELBCKE, Ernesto Rubens (et al.). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018, p. 1.096.

e dos juros atinentes ao contrato de arrendamento, em verdade, estamos diante de uma diferença permanente, dado que estas rubricas jamais serão aproveitadas como dedução (conclusão amparada pelas próprias definições constantes no item 5 do CPC 32).

Nesse contexto, conforme restou demonstrado, a regra contábil (CPC 32) trata uma diferença, em nossa leitura permanente, como temporária. Isso porque, a partir da imposição da necessidade de constituição do diferido sobre as diferenças da contraprestação do arrendamento mercantil em relação aos encargos de depreciação e aos juros pagos do bem objeto do contrato (CPC 06 (R2)), a regra contábil acaba por impactar as demonstrações, de forma a, inclusive, desrespeitar o regime de competência que norteia, regra geral, os registros contábeis.

5. Referências

- BIFANO, Elidie Palma. Arrendamento: normas internacionais de contabilidade (IFRS) e seus aspectos jurídico-tributários à luz do CPC 06 (R2). In: CHAR-NESKI, Heron; FAJERSZTAJN, Bruno; PINTO, Alexandre Evaristo; SILVA, Fabio Pereira da (coord.). *Normas internacionais de contabilidade e tributação*. São Paulo: IBDT/Fipecafi, 2023.
- BRASIL. *Lei n. 6.099, de 12 de setembro de 1974*. Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6099.htm.
- BRASIL. *Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as sociedades por ações. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm.
- BRASIL. *Decreto-lei n. 1.598, de 26 de dezembro de 1977*. Altera a legislação do imposto sobre a renda. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Dell598.htm.
- BRASIL. *Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm.
- BRASIL. *Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009*. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm.
- BRASIL. *Medida Provisória n. 627, de 11 de novembro de 2013*. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Mpv/mpv627.htm.
- BRASIL. *Lei n. 12.973, de 13 de maio de 2014*. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Conteúdo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112973.htm.

- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)*. Arrendamento. Conteúdo disponível em: https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_R2_rev%2023.pdf.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 32*. Arrendamento. Conteúdo disponível em: https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/340_CPC_32_rev%2024.pdf.
- FERNANDES, Edison Carlos. *Direito e contabilidade: fundamentos do direito contábil*. São Paulo: Trevisan, 2015.
- GELBCKE, Ernesto Rubens (et al.). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. *Fundamentos do Imposto de Renda (2020)*. São Paulo: IBDT, 2020. v. I e II.
- SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos. *Contabilidade tributária: um enfoque nos IFRS e na legislação do IRPJ*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.
- SCHOUERI, Luís Eduardo; MOSQUERA, Roberto Quiroga. *Manual de tributação direta da renda*. São Paulo: IBDT, 2020.